



SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 4.690, DE 12 DE AGOSTO DE 2008

Processo Nº 53500.020585/08. RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES DO RIO DE JANEIRO LTDA - TVD - Rio de Janeiro/RJ - Canal 35. Autoriza o Uso de Radiofrequência.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS GERÊNCIA-GERAL DE SERVIÇOS PRIVADOS DE TELECOMUNICAÇÕES

ATO Nº 4.231, DE 17 DE JULHO DE 2008

Processo Nº 53504.022142/2005.

Aplicar a FRANCISCO SOARES DA SILVA JUNIOR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o Nº 177.312.928-78, a sanção de SUSPENSÃO, por 30 dias, da autorização para prestação do Serviço Limitado Privado.

REGINA CUNHA PARREIRA
Gerente-Geral
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de junho de 2008

Nº 1.680/2008 - PBOA/SPB - PADO Nº 53524.000960/2005 - Resolve: aplicar sanção de MULTA, no valor de R\$ 1.001,00 (mil e um reais) à Telemar Norte Leste S/A, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC no setor 02 do PGO (Minas Gerais), em razão de violação de direitos de usuários, infringindo o art. 11 do Regulamento para Utilização de Cartão Indutivo em Telefone de Uso Público do STFC, aprovado pela Res. Nº 334, de 16/4/2003.

JOSÉ GONÇALVES NETO
Substituto

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 147, DE 12 DE JUNHO DE 2008

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, Substituto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.057624/2006, resolve:

Aprovar as novas características técnicas de operação da RÁDIO DIFUSORA BRASILEIRA LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, utilizando a frequência 1210 kHz, classe B.

CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE

(Nº 25.629.437/0001-10 - RS 121,48 - 01.08.2008)

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias, publicadas no Diário Oficial da União nº 154, de 12 de agosto de 2008, Seção I, pág.70, onde se lê:

217	53680.000831/98	Fundação Maria de Jesus Pessoa	Chapadinha/MA	BR 222 - Km 05 - Boa Vista	03S4431 de latitude e 43W2030 de longitude
-----	-----------------	--------------------------------	---------------	----------------------------	--

leia-se

218	53680.000831/98	Fundação Maria de Jesus Pessoa	Chapadinha/MA	BR 222 - Km 05 - Boa Vista	03S4431 de latitude e 43W2030 de longitude
-----	-----------------	--------------------------------	---------------	----------------------------	--

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIA DE 11 DE AGOSTO DE 2008

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Portaria de 26 de março de 2003, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, resolve:

Art. 1º Extinguir o Consulado Honorário em Nantes, República Francesa.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO

SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ARGELINA DEMOCRÁTICA E POPULAR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E SOLOS EM ZONAS ÚMIDAS DO RIO TELL ORIENTAL"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argelina Democrática e

Popular

(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular, firmado em Brasília, em 3 de junho de 1981;

Considerando o interesse mútuo de promover a cooperação técnica para o desenvolvimento; e

Considerando que a cooperação técnica na área da conservação de recursos hídricos e de solos em zonas úmidas se reveste de especial interesse para as Partes,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Conservação de Recursos Hídricos e Solos em Zonas Úmidas do Rio Tell Oriental" (doravante denominado "Projeto"), cuja finalidade é o reforço da capacidade técnica de especialistas argelinos nas seguintes áreas:

a) capacitação de especialistas argelinos em:

i) técnicas de preservação do solo e de água com uso de *softwares* (abertura de estradas e métodos contra erosão);

ii) transferência de tecnologia para a confecção de equipamentos de monitoramento de conservação de água e solo; e

iii) utilização de Sistema de Informação Geográfica (SIG) e sensoriamento remoto na gestão e monitoramento de ecossistemas.

b) compartilhamento de dispositivos experimentais;

e

c) intercâmbio de material informativo.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades, os resultados e o orçamento.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e executoras.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Universidade Federal de Viçosa (UFV) como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República Argelina Democrática e Popular designa:

a) a Direção de Programação de Investimentos e de Estudos Econômicos (DPIEE) do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Instituto Nacional de Pesquisa Florestal (INPF) do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

a) designar e enviar técnicos brasileiros à Argélia para desenvolver as atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

b) receber os especialistas argelinos que serão capacitados no Brasil, na Universidade Federal de Viçosa;

c) prestar o apoio operacional necessário aos técnicos argelinos para a execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

2. Ao Governo da República Argelina Democrática e Popular cabe:

a) designar técnicos argelinos para participar das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto no Brasil e na Argélia;

b) disponibilizar instalações e infra-estrutura adequadas à execução das atividades a se realizarem na Argélia;

c) prestar o apoio operacional necessário aos técnicos brasileiros para a execução do Projeto; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

3. Os recursos para a implementação das atividades previstas no presente Ajuste Complementar serão contemplados no Documento de Projeto correspondente e não implicam qualquer compromisso gravoso para o Tesouro Nacional brasileiro.

Artigo IV

Na execução das atividades previstas no Projeto, as Partes poderão utilizar recursos de instituições públicas e privadas, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos que não o presente Ajuste.

Artigo V

Todas as atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República Argelina Democrática e Popular.

Artigo VI

1. As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

2. Os documentos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto objeto do presente Ajuste Complementar serão de propriedade conjunta das Partes. A versão oficial desses documentos será redigida no idioma do país onde se origina o trabalho. Em caso de publicação dos referidos documentos, deverão as Partes ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no corpo do documento objeto de publicação.

Artigo VII

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois (2) anos, sendo renovado automaticamente por períodos iguais e sucessivos, até o cumprimento do seu objetivo, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes.